

## PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E “LUSOFONIA”<sup>1\*</sup>

Eni P. Orlandi

DL-IEL e Labeurb/Nudecri – UNICAMP

**RESUMO:** *Eni Orlandi formula, neste texto, o conceito de descolonização lingüística: o imaginário no qual se dá um acontecimento lingüístico sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos que foram, mas não são mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de outra sociedade, Estado, Nação. A autora analisa o processo de descolonização lingüística no Brasil e propõe, na relação com Portugal e os outros países por ele colonizados, a re-significação da noção de “lusofonia” na direção da descolonização.*

**ABSTRACT:** *In this text, Eni Orlandi formulates the concept of linguistic decolonization: the imaginary in which takes place a linguistic event founded upon the fact that a language makes sense in relation to subjects that have been, but are no more submitted to a power which imposes a language over subjects belonging to another society, State, Nation. The author analyses the process of linguistic decolonization in Brazil and proposes a turn in the relationship with Portugal and the other countries colonized by it through the resignification of the notion of “lusophony” towards decolonization.*

### Introdução

Em outro trabalho – Terra à Vista (1990) – falamos sobre o processo de colonização e consideramos então o que chamamos *acontecimento lingüístico* da colonização. Em seguida, em um texto sobre “A Língua Brasileira” (1993) descrevemos três passos que constituíam a passagem para um processo que denominamos de *historicização da língua* da colonização. São três movimentos enunciativos: em um primeiro momento temos um investimento na relação palavra/coisa, sendo que a questão incide sobre

o referente: na presença de um nome estamos diante da mesma coisa (no Brasil e em Portugal)? A partir de sua memória, o português colonizador reconhece as coisas, os seres, os acontecimentos, e os nomeia. É a situação enunciativa I. Como estamos no Brasil, este “transporte” produzido pela memória força contornos enunciativos diferenciados. Essa diferença se torna cada vez mais uma diferença de línguas – relação palavra/palavra – e não de palavra/coisa. Daí resulta todo um trabalho sobre a língua, de classificação, de organização, de definições em dicionários. O português assim transportado acaba por estabelecer em seu sítio próprio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida (no Brasil/em Portugal). Tem início então a produção de um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua. Produzem-se *transferências*, deslocamentos de memória, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes. Configura-se assim uma situação enunciativa II. De novo, em um movimento de saber paralelo ao anterior, a construção discursiva do referente cede lugar à distinção, classificação. A língua praticada aqui realiza então desse lado do atlântico a relação unidade/variedade: a unidade agora não se refere mais ao português do Brasil e o de Portugal, mas a sua unidade e variedades existentes no Brasil. Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua referência no Brasil. A isto é que denominamos *historicização da língua*. Nessas condições, a variação não tem como referência Portugal porém a diversidade concreta produzida nesse território que é o Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (a indígena, a africana, a de imigração etc.) aqui.

Este fato da historicização da língua concorre para o que trataremos aqui como *processo de descolonização lingüística* que pode ser definido como esse imaginário no qual se dá também um acontecimento lingüístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. Se, na colonização, o lugar de memória pelo qual se significa a língua e seus falantes é Portugal, no processo de descolonização esta posição se inverte e o lugar de significação é deste lado do Atlântico com sua memória local. A descolonização, assim como a colonização, tem a ver com o modo como as sociedades se estruturam politicamente em relação aos países, aos Estados, às Nações, às tribos. Isto é, tanto a colonização como a descolonização são fatos da relação entre a unidade necessária (*esprit de corps*) e a diversidade concreta em um mesmo território.

Se assim é, em nosso caso, de colonização portuguesa (e aqui me refiro aos vários países de colonização portuguesa), assim como há o processo de



colonização há o de descolonização (E. Orlandi, 2001) com suas condições que, embora diversas, marcam este acontecimento lingüístico que é o da historicização de sua língua de acordo com suas condições e as condições em que funciona sua memória lingüística. Assim, pensamos que, em consequência, também a noção de lusofonia deve ser redefinida.

Falaremos de uma representação da colonização portuguesa no Brasil e em seguida das condições da descolonização lingüística e das que marcam um deslocamento da noção de lusofonia. Nesta variação de línguas sem um centro que as organize. Falaremos de um processo específico de descolonização lingüística que é a gramatização das línguas submetidas ao processo de colonização. A gramatização, ou melhor, a endogramatização (Auroux, 1994) torna visível a historicização da língua e pode ser um instrumento no processo de descolonização. Em consequência, podemos falar que a relação do português (de Portugal) e do brasileiro é uma relação de mudança e não de variação (cf. E. Orlandi, 2006), assim como da necessidade de se pensar a noção da mudança fora e para além das teorias que ainda estão atadas à noção de mudança do século XIX. Ou seja, o que proponho é que se descolonizem também as teorias.

### **Representação de uma forma de colonização: a inscrição das línguas nos relatos dos missionários**

Os discursos dos missionários e de viajantes europeus no Brasil (E. Orlandi, 1990) conjugam dois modos de dominação: a) o modo como os europeus sistematizaram suas novas experiências e seus conhecimentos produzindo um discurso sobre o Brasil, a partir da memória discursiva européia. Inicia-se aí uma forma de conhecimento colonizador que significa de acordo com o projeto civilizatório europeu. Por outro lado, (b) o modo pelo qual, pela construção de um discurso “outro”, esses Relatos estabelecem um discurso sobre a origem, para os brasileiros. Nos dois modos o que temos é a forma de significar o Brasil, dentro da perspectiva ocidental.

Os materiais que analisamos (1990, *idem*) – relatos de missionários capuchinhos franceses, de Jean de Léry e de viajantes como Hans Staden, Wied Neuwied entre outros – mostra a aliança de três discursos produzidos nesse período da colonização: o da ciência, o da política social e o da religião. Esses discursos, em sua aliança, produzem um apagamento de nossas particularidades, submetendo-nos: o primeiro pelo conhecimento, o segundo pelos processos de mediação e o terceiro pela Salvação. A ciência, pela observação, nos torna compreensíveis, a política social estabelece as formas de nos administrar e a religião nos assimila ao modelo ocidental cristão.

Como fica a questão da língua nestas condições? Para termos uma língua nacional, no momento histórico em que o Brasil está subjugado por Portugal, o processo colonizador empreende o silenciamento de muitas outras línguas que aqui se falavam. Dá-se assim o confronto entre o Português e as várias línguas aqui faladas, representadas historicamente pelo Tupi.

Distinguindo o que tenho chamado de língua imaginária - que é a que os analistas fixam com suas sistematizações - da língua fluida - que é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistematizações e das fórmulas - pude mostrar (E. Orlandi, 1985, 1990) como há vários modos de produção da língua imaginária e incluo entre elas a língua geral (o tupi-jesuítico), língua de colonização. Os missionários colonizaram o tupi sob o modelo do latim, a fim de instalar seu poder de controle sobre os índios e seu poder de negociação com o governo português. Essa língua adquiriu um estatuto de língua de uso geral. Mas jamais o de língua nacional ou oficial. Seja por regulamentações, seja por modos de relação estabelecida com esta língua, seja pelo discurso estabelecido sobre ela e que a significa.

Como disse (E. Orlandi, 1990, *idem*), o modelo missionário da colonização das línguas era o latim e, através dele, o das línguas européias, ocidentais. Os relatos dos missionários mostram que a forma com que eles obtêm os dados e os apresentam já é uma maneira de fabricar uma língua e de instituir uma relação determinada com ela e seus locutores. E o modo como eles a representam pela sua inscrição em seus Relatos, estigmatiza a língua indígena como língua sem história. Como uma língua que não é somente incapaz de influenciar outras línguas mas, ainda mais, ela mesma é rígida, simples, e pobre (E. Orlandi, 1990). Traço da colonização que uma vez significada nesses Relatos, fica como ideologia fazendo seus efeitos na maneira como ainda hoje até mesmo lingüistas trabalham com as línguas indígenas, desconhecendo sua historicidade e as conseqüências que daí advêm.

### **Os viajantes do período colonial**

Quanto aos viajantes, a imagem da língua que eles produzem não difere muito da dos missionários, ainda que suas finalidades sejam um pouco diferentes no imediato: trata-se, no seu caso, de construir um conhecimento com finalidades não religiosas, mais “objetivo”, sem deixar, é claro, de ter seus parâmetros nos padrões europeus.

Podemos aí acrescentar o interesse e a produção de conhecimento dos naturalistas no início do século XIX. Já não se trata mais de produzir relatos mas monografias, ou relatos que mais se aproximam de relatórios



com suas observações que se escrevem como descrições e não mais narrativas. Eles viajam para recensear o patrimônio universal: descrever, determinar, tornar disponível o conhecimento e localização das diferentes espécies, avaliar suas qualidades naturais para seu uso. É a construção das bases de dados que ficarão então disponíveis.

Em geral, esses “conhecimentos” produzidos pelos Relatos dos missionários e dos viajantes do período colonial são o início de um conhecimento regrado em sua observação, em seu método que é a ciência que se explicitará no século XIX, ou mesmo antes, se pensarmos nas Considerações de De Gerando.

Falta dizer que, tanto na época colonial como no início do século XIX, o interesse pelas línguas e seu estudo foi de estrangeiros (religiosos ou não) e a direção do olhar era da Europa para o Brasil. Não é senão com Pedro II, atraído pelo romantismo, que a direção desse olhar começa a mudar e vai da América para a Europa. Depois, a partir do século XIX, a produção do conhecimento sobre a língua é um fato dos brasileiros sobre sua língua, como veremos em seguida.

### **O século XIX: a independência do Brasil e a gramatização de sua língua, um passo importante da descolonização**

Enfim, o século XIX. Nossos autores começam a trabalhar nossa língua. Não mais teremos de ir a Portugal para aprendê-la, e, mais do que isso, poderemos estudar em nossas próprias gramáticas. Próprias: escritas por brasileiros para brasileiros. Falando de fatos gramaticais (Júlio Ribeiro, 1881) e não mais impondo uma gramática já estabelecida para a língua portuguesa universal. Universal aqui significa a língua uma, a língua da colonização.

O século XIX caracteriza-se, em relação à questão da língua, pelo período de sua gramatização. Gramatização feita de brasileiros para brasileiros. O que significa no Brasil do século XIX gramatizar, ser autor de gramática? Certamente são momentos muito diferentes de nossa história, o de hoje, e o de então. E a gramatização da língua está determinada historicamente pela sua relação com a conjuntura sócio-política, com seus falantes e com as Instituições. Como era isso no século XIX? Época em que autores como Júlio Ribeiro (autor de *A Carne*) toma a palavra do gramático para constituir-se emblematicamente no primeiro autor de gramática no Brasil. O que lhe dá essa posição – claro que empiricamente há outros autores, alguns que já conhecemos e outros de quem nem sabemos o nome – é o fato dele inaugurar uma discursividade e uma posição crítica face aos gramáticos portugueses.

No século XIX, no Brasil, o gramático assumia a posição de um saber lingüístico que não reflete apenas o saber gramatical português (E. Orlandi, 1997). Nesta época, a do surgimento da República, não é suficiente para os brasileiros saber a língua, é preciso institucionalizar esse conhecimento que permitirá que eles digam que sabem a *sua* língua. Desta perspectiva, a gramática é o lugar onde se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade brasileira. Quando eles deslocam a função autor da gramática para o território brasileiro – mesmo se a gramática, na maior parte das vezes continua a se chamar gramática portuguesa (cf Júlio Ribeiro, 1881) ou gramática da língua portuguesa (cf Pacheco Silva e Lameira de Andrade, 1887) – o que os gramáticos brasileiros deslocam é a autoridade de dizer “como” é sua língua. Ser autor de uma gramática é ter o lugar da responsabilidade enquanto intelectual e uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil. Os brasileiros nesse momento estão produzindo um processo de descolonização.

Como tenho dito em outros textos, a unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais, entre as quais a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (criação de escolas e seus programas) ocupam um lugar primordial. Enquanto objeto histórico, enquanto instrumento lingüístico disponível para a sociedade brasileira, a gramática é assim um lugar de construção e de representação desta unidade e desta identidade (Língua/Nação/Estado) brasileira, através do conhecimento.

Quando eles assumem para eles a função autor, os primeiros gramáticos brasileiros como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade e Pacheco Silva, entre outros, participam da construção do Estado brasileiro distinto de um apêndice de Portugal. Nesse momento, é preciso que se trabalhem de maneira articulada a constituição da língua enquanto língua nacional, a produção de objetos/instrumentos para o conhecimento que a sociedade dela tem, assim como sobre aqueles que a praticam (os cidadãos). Está-se organizando a sociedade brasileira e suas instituições.

O processo de gramatização brasileiro do português constitui assim um saber sobre a língua e suas singularidades e agencia a historicização da língua no território nacional do Brasil. Júlio Ribeiro, por exemplo, quando define a gramática como “exposição metódica dos fatos da língua”, rejeita a tradição estabelecida pelo português Jerônimo Soares Barbosa e considera que o que este faz é uma “metafísica”. Isto constituiu um gesto fundador que construiu uma filiação à qual os gramáticos brasileiros farão referência, alimentando uma tradição nossa.

Assim, a identidade lingüística, a identidade nacional, a identidade do cidadão na sociedade brasileira conta entre os componentes de sua



formação a gramatização no século XIX: produz-se um saber sobre a língua e se a estabiliza, e produz-se o gesto de apropriação legítima desta língua.

A gramatização – junto à produção literária - legitima ao mesmo tempo a relação dos brasileiros com a escrita. Temos uma língua, uma gramática e sujeitos brasileiros de nossa escrita. Com a função autor dos gramáticos (e os letrados, os historiadores, os políticos brasileiros, etc), o século XIX é, entre outras coisas, um momento intelectual que define em que direção pensar a língua, suas instituições e seus sujeitos, assim como a escrita (“Escrever como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”, diz Macedo Soares).

Com a Independência, em 1822, o Estado brasileiro se estabelece de pleno direito e a questão da língua se encontra colocada em relevo. Um exemplo claro é que, em 1826, se instaurou uma discussão, a partir de um projeto proposto no parlamento e, pois, através do poder constituído, para que os diplomas dos médicos fossem redigidos em “linguagem brasileira”.

Nos anos seguintes e com a aproximação da República, tanto a questão do Estado quanto a da língua brasileira tomam uma forma mais precisa e a emergência das gramáticas, no século XIX, atesta o vigor desta época e desta relação entre língua, sujeito e Estado.

A gramatização do português brasileiro, além do fato de construir um saber sobre a língua brasileira, teve por conseqüência algo mais substancial e definidor: a construção de um sujeito nacional, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, estável, capaz de unidade e visível na gramática (mas não acessível a todos, como veremos mais à frente). O país, seu saber, seu sujeito político social e suas instituições se individualizaram. Trata-se do que eu estou chamando de processo de descolonização do Brasil. Depois desta fase, este contexto se modifica desde o início do século XX.

### **O Estado e o Gramático. O Lingüista e o Processo de Descolonização**

Entramos no século XX com as garantias de já termos o Estado brasileiro claramente estabelecido. Brasil e Portugal são dois Estados diferentes.

A relação dos brasileiros e do Brasil com sua língua nacional está institucionalizada, e a sociedade brasileira se organiza face a suas necessidades de representação científica. As faculdades são criadas pois a instituição escola adquire sua maturidade. Quanto ao conhecimento sobre a língua, representado nas gramáticas, já não temos

necessidade de dar forma aos difíceis limites da identidade brasileira, mas somente de mantê-los em sua configuração. Há aí uma passagem: a gramática já não precisa dar estes limites. Ela passa a distinguir quem conhece a língua *corretamente* daqueles que não a conhecem. Cresce a função da norma. Surgem então numerosas gramáticas cujas diferenças concernem diferenças descritivas e analíticas: filigranas de diferenças na análise da proposição e de complementos, epítetos x ou y etc. As gramáticas começam a abundar e esta profusão de gramáticas produz o apagamento da materialidade da função autor praticada no século XIX que garantia a construção conjunta de uma língua e de um Estado brasileiros. Trata-se de outro momento, em que a gramática adquire novas determinações, novos sentidos políticos em outra conjuntura social.

Com a NGB (Norma Gramatical Brasileira, 1959; L. Baldini, 1999), é uma comissão que, a partir de um decreto de Estado, estabelece a homogeneidade de uma terminologia desautorizando as diferentes posições dos gramáticos. Com a NGB (E. Orlandi, 1997), o Estado brasileiro toma em mãos a administração da relação institucional do brasileiro com a língua nacional, via gramática, pela uniformização da terminologia. O gramático não pode senão segui-la e a função autor do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e se desloca para o lingüista. É este que dará sua caução ao saber gramatical, ao saber da língua. O gramático por seu lado assume uma função de guardião da norma gramatical. Seu conhecimento, na partilha entre quem conhece e quem não conhece a língua, divide o que está e o que não está conforme à norma. Distingue não mais brasileiros e portugueses, mas brasileiros e brasileiros.

Conseqüentemente, face à relação à norma, um deslizamento ideológico acontece, aqui e lá, sobretudo nas escolas, que produz o imaginário da preservação da pureza da língua. E, na ambigüidade da ideologia da colonização, há deslizamentos para a representação de que a língua verdadeira, pura é a língua portuguesa de Portugal e o brasileiro é um português mal falado. Passamos assim do conhecimento concreto da língua, estabelecido pelo processo de gramatização (descolonização) para uma representação imaginária da língua pura sustentada pela ideologia da colonização. Aqueles que sucumbem a este imaginário esquecem o processo de gramatização que nos garante uma língua legítima institucionalmente desde o século XIX, como língua nacional, oficial. Legitimidade que é fortemente trabalhada pelos lingüistas a partir do século XX, junto a alguns gramáticos. Nesta fase, insistimos, o Brasil já é um país linguisticamente descolonizado. Embora restem, sempre, os efeitos da colonização quando as condições o favorecem (E. Orlandi, 1990, *ibidem*).



## **Pela redefinição da situação da língua portuguesa no mundo contemporâneo**

■ Não temos exatamente respostas quando se trata de pensar a relação entre nossos países, na relação África/Brasil. Mas temos o encaminhamento de algumas reflexões.

■ Já de início podemos perguntar se há algo como a gramatização, a endogramatização, ou seja, gramáticas feitas por autores locais, que se tenha dado também nos países africanos de língua de colonização portuguesa e em que condições isso se deu e para que línguas.

■ Isso desloca um pouco as relações de trabalho que se tem estabelecido até hoje entre estudos do português e das línguas africanas no Brasil e na África e que observam sobretudo as relações entre as línguas no Brasil e as línguas africanas em suas “influências” mútuas, através do português.

■ Um segundo ponto que gostaríamos de colocar é que sem dúvida também é preciso considerar o fato de que tanto o Brasil como a África sofrem/sofreram o processo de colonização e nisto está talvez um ponto comum a ser considerado. Que resistências isso produziu aqui e lá? Seria preciso especificar e refletir sobre estas formas de resistência lingüística e a configuração das relações multilingües em ambos os países.

■ O espaço de comunicação africano é tão ou mais heterogêneo que o nosso do ponto de vista do contacto, da articulação de línguas. Quais as possibilidades de se estabelecer uma relação através do português e que seja um português historicizado em território africano com as marcas das línguas com as quais convive? É interessante pensar-se essa relação? No Brasil, sem dúvida, isto é muito relevante, pois podemos falar em língua brasileira, prenehe destas relações.

■ O que significa a resistência lingüística em solo africano? É diferente nos diferentes países?

■ O fato de que a relação com o Estado difere produz diferenças importantes nos processos de individualização da língua em suas formas sociais?

■ Essas questões que coloco não são questões retóricas mas são questões que nos têm ocupado quando refletimos sobre a situação lingüística brasileira e que servem para que eu encaminhe um primeiro comentário geral: parafraseando Ernesto Guevara (do filme *Diário de motocicleta*), que assim se expressava sobre a América Latina, dizendo: deixemos de estar diante de raças e línguas incertas e distintas para constituirmos uma raça mestiça em sua pujança - eu diria de nossa relação com a África, deixemos de estar diante de raças e línguas incertas e distintas para procurarmos encontrar nossas particularidades histórico-lingüísticas, culturais e sociais. Se ideais de liberdade deram aos USA a sua

dominância em um mundo em que, em nome da liberdade, justificam-se guerras cruéis, se o tema da igualdade esgotou-se em uma experiência como a soviética que não conseguiu chegar ao que havia sido idealizado, se a experiência da fraternidade dá-se nos poucos resultados que tem a oferecer o positivismo (e seus cultos à ciência que se transmudam em moralismo), talvez esteja na *relação contraditória* entre liberdade, igualdade, fraternidade alguma chance de sairmos de situações em que não nos permitem significar. Relação contraditória esta que é o próprio desta situação que estou expondo a partir da observação do processo de descolonização. Do mesmo modo talvez seja na tensão contínua entre unidade e diversidade que esteja a possibilidade de construirmos algo comum. Um processo de descolonização. Aí a referência não é mais o passado, a busca da unidade, mas o presente e as nossas diferenças no modo como elas se organizam.

Desse modo, penso que a necessidade que tivemos de construir uma unidade tem como pressuposto a colonização, e sem dúvida nossa sensibilidade às diferenças vem da necessidade do processo de descolonização seja ele qual for. Isto é, certamente se dará na África de modo diferente do Brasil, mas estamos diante da mesma realidade de países que resultam de processos de colonização e a língua aí desempenha um papel primordial, se pensamos a descolonização.

Desse modo, e aí vem um segundo comentário, a questão da lusofonia deve significar na direção da descolonização. Para isto temos de redefini-la. Ela seria o sintoma de uma história de dominação que encontrou suas resistências e que hoje se apresenta em um quadro absolutamente diferente do que se deu no período colonial. A noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização. Precisamos, com a descolonização, realçar nossa unidade em nossas diferenças: históricas, lingüísticas, culturais, sociais, nacionais e de relações internacionais. O que é preciso é tornar visíveis estas diferenças. Falamos diferente. As relações entre nossas línguas formam um intrincado quadro de distinções e transformações. E esta é nossa realidade lingüística atual. Não há uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia. Ela pode ser o pretexto para nos compreendermos em nossas singularidades. Ao invés de trabalharmos um imaginário de unidade lingüística que é herança da colonização, elaboremos nossas diferenças concretas no sentido de enriquecermos nossas relações e nos reforçarmos em nossos processos de descolonização.

Assim, eu concluiria, afirmando que já não cabe falar em lusofonia, mas em refletirmos sobre a situação de diversidade lingüística com que se apresentam hoje os países de colonização portuguesa. É esta situação



que precisa ser refletida. A situação da língua portuguesa hoje não cabe mais na noção de lusofonia.

## Notas

1. \* Este texto teve uma apresentação inicial no encontro África/Brasil, no IEL, em 2006.

## Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, L.F. de (2000) *O Trato dos Viventes*, Companhia das Letras, São Paulo.
- AUROUX, S. (1994) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, Ed. Unicamp, Campinas.
- BALDINI, L. (1999) “A NGB: Explicada, Comentada, Exemplificada”, Dissertação de mestrado, IEL, Unicamp.
- MARIANI, B. (2005) *A Colonização Lingüística*, Pontes, Campinas.
- ORLANDI, E.P. (1985) “A língua Imaginária e a Língua Fluida”, Colóquio das quinta-feiras, DL, IEL, Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1990) *Terra à Vista*, Ed. Unicamp/Cortez, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1993) “A língua Brasileira”, in *Anais da Abralin, São Paulo, SBPC*.
- \_\_\_\_\_. (1997) “O Estado, A Gramática, A Autoria”, in *Relatos 4*, DL, IEL, Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (org.) (2001) *História das Idéias Lingüísticas – Construção do saber metalingüístico e consituição da língua nacional*, Pontes e Unemat, Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2002) *Língua e Conhecimento Lingüístico*, Cortez, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2006) “L’Ordre des mots et l’hyperlangue brésilienne”, in seminário na Univ. de Paris VII, Projeto História das Idéias Lingüísticas, Paris.
- PACHECO SILVA e **Lameira de Andrade** (1887) *Grammatica da Língua Portuguesa*, Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1881) *Grammatica Portuguesa*, Jorge Seckler, São Paulo.

**Palavras-chave:** colonização, des-colonização lingüística, historicidade, lusofonia

**Key-words:** colonization, linguistic de-colonization, historicity, lusophony